

14/12/2018

Direito Agrário

Professor: Luiz Jungstedt

Direito Agrário - 01

Objetivos. Legislação. Estrutura Administrativa

Objetivos

É a compatibilização da política agrícola com a política fundiária, conforme prevê a redação do art. 187, § 2º da CRFB.

Art. 187. CRFB. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

No texto constitucional, política fundiária é a preocupação com a distribuição de terras na área rural. Já políticas agrícolas são as atividades rurais: agricultura, pecuária, silvicultura, piscicultura.

Principais normas do Direito Agrário

E para essa compatibilização as principais normas do direito agrário são: a CRFB (art. 184 a 191); Estatuto da Terra (Lei n. 4505/64); Reforma Agrária (Lei n. 8629/93) e a Desapropriação para fins de Reforma Agrária (Lei Complementar n. 76/93).

A lei n.8171/91 dispõe sobre a política agrícola.

Art. 1º. lei n.8171/91. Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Competência para legislar

A competência para legislar sobre direito agrário é privativa da União, conforme dispõe o inciso II, do art. 22 da CRFB.

Art. 22. CRFB. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Estrutura Administrativa

Para viabilizar a política agrícola, chama-se atenção para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mencionado na estrutura do governo federal, no art. 21, I, da Lei n. 13.502/2017.

A Lei n. 13.502/2017 foi responsável por formar a Secretaria Especial Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, no seu art. 4º, IV.

Dentro desses dois ministérios, dois conselhos se destacam. Logo, dois órgãos públicos se destacam, o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

Ao lado desses dois órgãos ligados a atuação do direito agrário, destacam também duas figuras importantes, EMBRAPA e INCRA, ambas figuras da administração indireta. A EMBRAPA é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura. Enquanto que o INCRA é um instituto ligado a Casa Civil, é uma entidade autárquica do governo federal, que desempenha o papel de demarcação de terras, promovendo a desapropriação para fins da Reforma Agrária.

Atenção: Nesta aula o professor mencionou as seguintes leis: a Lei. n. 10.683/2003 e a Lei n. 13.341/2016, entretanto, na aula 03, ainda deste curso, ele fez uma atualização, de modo que a referência normativa passa a ser a Lei n. 13.502/2017. Portanto, considerar, para fins de estrutura administrativa, a Lei. n. 13.502/2017 e não mais a legislação mencionada nesta aula.

Este presente resumo já segue atualizado.